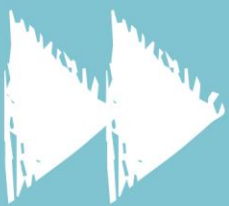


Subsídios para a Audiência Temática das Águas do Cerrado

Informações para auxiliar o
Júri do Tribunal Permanente
dos Povos em Defesa dos
Territórios do Cerrado



Información de soporte para la Audiencia sobre las aguas del Cerrado

*Información para ayudar al
Jurado del Tribunal Permanente
de los Pueblos en Defensa de los
Territorios del Cerrado*



Recomendações gerais: Medidas urgentes e necessárias para a proteção das águas do Cerrado

Documento elaborado pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado para o Júri do Tribunal Permanente dos Povos em Defesa dos Territórios do Cerrado

Frente ao Ecocídio do Cerrado em curso e a ameaça de genocídio cultural de seus povos, a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado propõe ao Tribunal Permanente dos Povos que indique ao Estado Brasileiro algumas medidas - mínimas, urgentes e necessárias - para a **proteção das águas dos territórios, da sociobiodiversidade, da soberania e autodeterminação dos povos do Cerrado**. A cada Audiência Temática da Sessão Especial em Defesa dos Territórios do Cerrado, levantaremos recomendações, no esforço de apresentar possíveis caminhos para conter este Ecocídio do Cerrado em curso. A construção das recomendações é um processo e esperamos consolidá-las na Audiência Final da Sessão Cerrado do Tribunal.

As recomendações sistematizadas a seguir foram construídas no âmbito da Campanha e referendadas em uma Oficina ampla e participativa que contou com as organizações, representantes e articuladores/as dos casos concretos denunciados ao Tribunal. Iniciaremos nossas recomendações indicando alguns princípios básicos que devem **orientar as ações e políticas de gestão e proteção das águas do Cerrado** e em seguida passaremos às medidas concretas que devem ser implementadas pelo Estado Brasileiro para conter a apropriação privada e contaminação das águas (rios e aquíferos) do Cerrado, como processos provocadores de injustiça hídrica e racismo ambiental para os povos.



PRINCÍPIOS BÁSICOS

- A água é um bem comum, não passível de privatização e mercantilização, constitui direito humano fundamental, integrante do direito à alimentação básica, assim como é parte indissociável dos territórios tradicionais dos povos do Cerrado, portanto, essencial para a sua autodeterminação;
- As águas integram os territórios tradicionais e aos povos do Cerrado deve-se garantir o seu acesso prioritário e uso livre;
- Povo, território, cultura e natureza são elementos indissociáveis e a suas correlações devem orientar a construção, efetivação e promoção dos direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e dos camponeses;
- A prioridade de garantia e acesso às águas pelos povos indígenas, quilombolas, tradicionais e camponeses deve orientar a política nacional de proteção e gestão das águas;
- Os povos indígenas, quilombolas, tradicionais e camponeses e seus modos de vida são os guardiões das águas do Cerrado, detém os conhecimentos sobre seus fluxos e técnicas necessárias para a sua preservação, e devem ser assim reconhecidos e protegidos como patrimônio cultural do país;
- A efetivação dos direitos territoriais, do direito à permanência e do impedimento de deslocamentos forçados dos povos indígenas, quilombolas, tradicionais e camponeses é condição fundamental para a autodeterminação dos povos e proteção dos seus modos de vida;

MEDIDAS CONCRETAS PARA A PROTEÇÃO DAS ÁGUAS DO CERRADO

- Adoção de todas as medidas necessárias para garantir e efetivar os direitos humanos (territoriais, sociais, ambientais e culturais) dos povos do Cerrado, sejam os povos indígenas, quilombolas, tradicionais ou camponeses, em



cumprimento às determinações da Convenção 169 da OIT, Convenção sobre Diversidade Biológica, Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses, Camponesas e outras Pessoas que trabalham em territórios Rurais, Constituição Federal e dentre outras normas nacionais e internacionais que protegem os direitos destes povos culturalmente distintos da sociedade hegemônica;

- O Cerrado é patrimônio nacional brasileiro e deve ser assim reconhecido constitucionalmente, mediante a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 504 (PEC 504);
- Que sejam formuladas e efetivadas, mediante o permanente direcionamento e protagonismo dos povos do Cerrado, as políticas públicas de acesso prioritário à água e ao saneamento básico como direito fundamental vinculado diretamente à vida digna de todos e de cada um, como parte integrante do direito humano à saúde, à alimentação e soberania alimentar, e do direito à autodeterminação dos povos, de modo a garantir a identidade, a cultura e a autonomia dos povos indígenas, quilombolas, tradicionais e camponeses.
- Elaboração e implementação de uma Política Nacional de Proteção e Recuperação das Nascentes e outros corpos d'água do Cerrado, que deve envolver a participação efetiva e direta das comunidades e povos tradicionais e da sociedade civil organizada, e modo a prever ações de diagnóstico, preventivas e de monitoramento, com garantia de dotação orçamentária e destinação de recursos públicos;
- Criação de um banco de dados público e de fácil acesso que agregue e disponibilize informações sobre a concessão de outorgas superficiais e subterrâneas (estaduais e federais) e autorizações de supressão de vegetação, de modo a garantir a fiscalização, controle social e transparência dos dados socioambientais quanto a quantidade e qualidade da água;



- Realização de ações de monitoramento, controle e transparência do uso e da qualidade da água pelos estados e municípios;
- Reconhecimento de que as ações e programas de Pagamentos de Serviços Ambientais (PSA) para conservação dos Recursos Hídricos afrontam a concepção das águas como bem comum, já que através de sua precificação e comercialização via contratos de PSA, favorece a mudança de mãos da gestão das águas para quem estiver disposto a pagar (o usuário-pagador), em despossessão dos usuários diretos nos territórios, os povos do cerrado, fragilizando sua autodeterminação;
- Produção participativa de um mapeamento nacional descritivo das áreas de recarga, bem como das condições hídricas e ambientais atuais dos aquíferos do Cerrado;
- Que seja ampliada a obrigatoriedade de manutenção de reserva legal em todo o Cerrado para 35%, estabelecendo-se ainda a obrigatoriedade de reserva legal em 80% (mesmo patamar da Amazônia) em áreas de recarga hídrica, sobretudo aquelas que se sobrepõem aos aquíferos Guarani, Bambuí e Urucuia;
- Que sejam efetivadas ações para a recomposição obrigatória da vegetação nativa em áreas de APP das chapadas do Cerrado (da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais, conforme inciso VIII, art. 4 da Lei 12.651/12), não sendo consideradas como área rural consolidada;
- Que sejam criados mecanismos de controle que detectem e impeçam a sobreposição de áreas de Reserva Legal e APP aos territórios indígenas, quilombolas, tradicionais e camponeses, ainda que não estejam oficialmente demarcados, em observância à prioridade aos seus direitos territoriais e em consonância com o entendimento da Corte Interamericana e o STF que reconhecem plena compatibilidade entre proteção do ambiente e os direitos



territoriais e de uso dos recursos naturais por povos indígenas e tradicionais (teoria da dupla afetação);

- Implementação efetiva dos direitos previstos na Convenção 169 da OIT, como norma de status supralegal que suspende a eficácia de outras normas infraconstitucionais em caso de colisão, garantindo-se a autodeterminação dos povos do Cerrado por meio da garantia de seus direitos: à posse e propriedade coletiva/comunal de seus territórios (art. 13 e 14), assim como ao uso, administração e gestão dos recursos naturais neles existentes (art.15), incluindo-se necessariamente as águas; de permanência e não deslocamento forçado por meio do dever do Estado não apenas de consultar, mas aferir o consentimento prévio, livre e informado das comunidades tradicionais, quilombolas, camponesas e povos indígenas diante de empreendimentos que possam impactar seus territórios e modos de vida (art. 7.1); assim como o dever de consulta livre, prévia e informada anterior e que deve ser atualizado em todas as fases de produção de quaisquer atos administrativos (inclusive para concessão de outorgas hídricas e autorizações de supressão de vegetação) e/ou legislativos que possam afetar-lhes (art. 6.1 e enunciado nº 29 do MPF); dentre outros direitos garantidos pela Convenção;
- Impedimento, por pelo menos 10 anos, do desmatamento ilegal e também legal, ou seja, remoção completa da cobertura vegetal primária por corte raso (conforme definição do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE), em áreas de recarga ou de grande importância hídrica;
- Criação de Zonas Livres de captação intensiva e desmatamento em larga escala, em territórios de grande importância hídrica ou em estado crítico de disponibilidade das águas (em qualidade e quantidade), preservando-se o direito de uso, administração e conservação dos recursos naturais presentes



nos territórios tradicionais por parte dos povos indígenas, quilombolas, tradicionais e camponeses do Cerrado;

- Que, em respeito ao princípio da precaução, não sejam concedidas ou renovadas outorgas hídricas e que sejam suspensas as já concedidas nas Bacias Hidrográficas que não contem com Plano de Bacia devidamente atualizado e fundamentado em critérios seguros e atuais para concessão, em cumprimento aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/97);
- Reconhecimento das tecnologias de captação, irrigação intensiva (sobretudo a captação por meio de poços de alta vazão e irrigação por meio de pivôs centrais) e armazenamento em larga escala (a exemplo dos grandes reservatórios artificiais de água) como inviáveis para contenção do ecocídio em curso do Cerrado, devendo haver suspensão de seu uso no tempo e/ou no espaço, conforme análise técnica de suficiência hídrica para acesso equitativa à água pelas presentes e futuras gerações;
- Não promoção, implementação e/ou aprovação dos marcos normativos que fortaleçam a privatização e mercantilização das águas e a despossessão dos povos do cerrado do manejo das águas em seus territórios, como a Lei 14.119/2021 Lei de PSA; a Lei 14.026/2020, novo marco do saneamento básico, dentre outras;
- Não aprovação da Nova Lei geral do Licenciamento Ambiental (PL 3729/2004);
- Proibição da pulverização aérea de agrotóxicos em todo o Cerrado;
- Promoção de uma ampla discussão com povos do Cerrado e sociedade civil organizada que viabilize a aprovação de um marco legal nacional que regule as medidas de segurança das barragens de água e de rejeito, o que deve envolver o fortalecimento dos órgãos de fiscalização sobre a segurança de



barragens e criação de comissões participativas capazes de realizar ações de monitoramento;

- Que na ocorrência de danos socioambientais às águas superficiais e subterrâneas do Cerrado e impacto a seus povos, lhes seja garantida a reparação integral, que deve envolver, no mínimo, aplicação do princípio da precaução e inversão do ônus da prova na investigação para que a empresa seja responsabilizada de forma objetiva pelo risco potencial ao meio ambiente de sua atividade econômica, definição e imposição das sanções pertinentes aos responsáveis; desde medidas urgentes para se evitar ou conter a realização do dano ambiental para restauração de seus *status quo ante*, quanto a indenização por danos morais e materiais, individuais e coletivos, dos lucros cessantes, dos danos ao projeto de vida, a ser acordada com as vítimas; a implementação de medidas efetivas de suporte emergencial e de reabilitação com critérios construídos conjuntamente com as comunidades e povos atingidos; a satisfação das vítimas; implementação de medidas que colaborem para a recuperação das áreas, ambientes e ecossistemas degradados; medidas que garantam o amplo acesso à informação acerca do processo de reparação; a implementação de medidas de caráter jurídico, político, administrativo e cultural que promovam a salvaguarda dos direitos humanos e previna para que novos eventos similares não se repitam (garantia de não-repetição), conforme dispõe a Convenção Interamericana de Direitos humanos, a Resolução 60/147 da Assembleia Geral da ONU, e a jurisprudência consolidada na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH);
- Que seja reconhecida formalmente a imprescritibilidade dos crimes socioambientais que causem danos ambientais e aos povos do Cerrado e da sua reparação civil, garantindo-se a reparação integral das vítimas, no termos da recomendação anterior;



- Que se garanta o reconhecimento, proteção e promoção por parte do Estado às tecnologias, técnicas e conhecimentos tradicionais de uso, gestão e preservação dos territórios e da qualidade e quantidade da água, como de fundamental importância para a própria tutela do direito humano ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, de forma que, referidas práticas, tecnologias e modos de relação com o território do Cerrado não sejam criminalizadas.

5. Recomendaciones generales: Medidas urgentes y necesarias para la protección de las aguas del Cerrado

*Ante el actual Ecocidio del Cerrado y la amenaza de genocidio cultural de sus pueblos, la Campaña Nacional en Defensa del Cerrado propone al Tribunal Permanente de los Pueblos que indique al Estado brasileño algunas medidas -mínimas, urgentes y necesarias- para la **protección de las aguas, de los territorios, la sociobiodiversidad, soberanía y autodeterminación de los pueblos del Cerrado**. En cada Audiencia Temática de la Sesión Especial para la Defensa de los Territorios del Cerrado, plantaremos recomendaciones en un esfuerzo por presentar posibles formas de contener este Ecocidio del Cerrado en curso. La elaboración de las recomendaciones es un proceso y esperamos consolidarlas en la Audiencia Final de la Sesión Cerrado del Tribunal.*

*Las recomendaciones sistematizadas a continuación fueron construidas en el ámbito de la Campaña y se refrendaron en un taller amplio y participativo en el que participaron organizaciones, representantes y articuladores de los casos específicos denunciados al Tribunal. Comenzaremos nuestras recomendaciones señalando algunos principios básicos que deben **orientar las acciones y políticas para el manejo y protección de las aguas del Cerrado**, y luego pasaremos a las medidas concretas que deben ser implementadas por el Estado brasileño para contener la apropiación privada y la contaminación de las aguas (ríos y acuíferos) del Cerrado, como procesos que provocan injusticia hídrica y racismo ambiental para los pueblos.*



PRINCIPIOS BÁSICOS

- *El agua es un bien común, no sujeto a privatización y comercialización, constituye un derecho humano fundamental, parte del derecho a la alimentación básica, además de ser parte inseparable de los territorios tradicionales de los pueblos del Cerrado, por lo tanto, imprescindible para su autodeterminación;*
- *Las aguas son parte de los territorios tradicionales y se debe garantizar a los pueblos del Cerrado el acceso prioritario y el uso libre;*
- *Las personas, el territorio, la cultura y la naturaleza son elementos inseparables y sus correlaciones deben orientar la construcción, implementación y promoción de los derechos de los pueblos indígenas, pueblos y comunidades tradicionales y de los campesinos;*
- *La prioridad de garantizar el acceso al agua para los pueblos indígenas, quilombolas, tradicionales y campesinos debe orientar la política nacional de protección y gestión del agua;*
- *Los pueblos indígenas, quilombolas, pueblos tradicionales y campesinos y sus formas de vida son los guardianes de las aguas del Cerrado, tienen los conocimientos sobre sus caudales y las técnicas necesarias para su preservación, por lo que deben ser reconocidos y protegidos como patrimonio cultural del país;*
- *La realización de los derechos territoriales, el derecho a la permanencia y la prevención del desplazamiento forzado de los pueblos indígenas, quilombolas, tradicionales y campesinos es una condición fundamental para la autodeterminación de los pueblos y la protección de sus modos de vida;*

MEDIDAS CONCRETAS PARA LA PROTECCIÓN DE AGUAS EN EL CERRADO

- *Adopción de todas las medidas necesarias para garantizar y hacer efectivos los derechos humanos (territoriales, sociales, ambientales y culturales) de los pueblos del Cerrado, sean pueblos indígenas, quilombolas, tradicionales o campesinos, en cumplimiento de lo establecido en el Convenio 169 de la OIT., la Convención sobre Diversidad Biológica, Declaración de Naciones Unidas sobre los Derechos de los*



Campesinos, Campesinas y otras personas que trabajan en territorios rurales, Constitución Federal y otras normas nacionales e internacionales que protegen los derechos de estos pueblos culturalmente distintos de la sociedad hegemónica;

- *El Cerrado es patrimonio nacional brasileño y debe ser reconocido constitucionalmente como tal, mediante la aprobación de la Propuesta de Enmienda Constitucional No. 504 (PEC 504);*
- *Que se formulen y pongan en práctica, por medio de la constante dirección y protagonismo de los pueblos del Cerrado, políticas públicas de acceso prioritario al agua y saneamiento básico como derecho fundamental directamente vinculado directamente a la vida digna de todos y cada uno, como parte integrante del derecho humano a la salud, la alimentación y la soberanía alimentaria, y el derecho a la autodeterminación de los pueblos, a fin de garantizar la identidad, cultura y autonomía de los pueblos indígenas, quilombolas, tradicionales y campesinos.*
- *Elaboración e implementación de una Política Nacional de Protección y Recuperación de los Manantiales y otros cuerpos de agua del Cerrado, que debe involucrar la participación efectiva y directa de las comunidades y pueblos tradicionales, así como de la sociedad civil organizada, con el fin de prever acciones de diagnóstico, preventivas y de monitoreo, con asignación presupuestaria garantizada y asignación de recursos públicos;*
- *Creación de una base de datos pública y de fácil acceso que agregue y ponga a disposición información sobre la concesión de concesiones superficiales y subterráneas (estatales y federales) y autorizaciones de desbroce de vegetación, con el fin de asegurar la inspección, control social y transparencia de los datos socioambientales referentes a la cantidad y calidad del agua;*
- *Realizar acciones de monitoreo, control y transparencia del uso y de la calidad del agua por parte de los estados y municipios;*
- *Reconocimiento de que las acciones y programas de Pagos por Servicios Ambientales (PSA) para la conservación de los Recursos Hídricos confrontan el concepto del agua como bien común, ya que a través de colocarle un precio y de su comercialización a través de contratos de PSA, favorece el cambio de manos de la gestión del agua para quien esté*



dispuesto a pagar (el usuario que paga), en despojo de los usuarios directos de los territorios, los pueblos del cerrado, debilitando su autodeterminación;

- *Elaboración participativa de un mapeo descriptivo nacional de las áreas de recarga, así como de las condiciones hídricas y ambientales actuales de los acuíferos del Cerrado;*
- *Que se aumente al 35% la obligación de mantener la reserva legal en todo el Cerrado, y que se establezca la obligación de la reserva legal en al menos un 80% (el mismo nivel que en la Amazonía) en las áreas de recarga hídrica, especialmente aquellas que se superponen a los acuíferos Guaraní, Bambuí y Urucuia;*
- *Que se realicen acciones para la recomposición obligatoria de vegetación nativa en las áreas de APP de las mesetas del Cerrado (desde la línea de ruptura del relieve, en una franja nunca menor de 100 (cien) metros en proyecciones horizontales, según el ítem VIII, art. 4 de la Ley 12.651 / 12), no siendo consideradas como área rural consolidada;*
- *Que se creen mecanismos de control para detectar y prevenir la superposición de áreas de Reserva Legal y APP a los territorios indígenas, quilombolas, tradicionales y campesinos, aunque no estén demarcados oficialmente, en cumplimiento de la prioridad de sus derechos territoriales y en concordancia con el entendimiento de la Corte Interamericana y el STF que reconocen la plena compatibilidad entre la protección ambiental y los derechos territoriales y de uso de los recursos naturales de los pueblos indígenas y tradicionales (teoría de la doble afectación);*
- *Efectiva implementación de los derechos previstos en el Convenio 169 de la OIT, como norma de carácter supralegal que suspende la vigencia de otras normas infraconstitucionales en caso de colisión, garantizando la autodeterminación de los pueblos del Cerrado a través de la garantía de sus derechos: de posesión y propiedad colectiva/comunal de sus territorios (art. 13 y 14), así como el uso, administración y manejo de los recursos naturales existentes en ellos (art. 15), incluyéndose necesariamente el agua; de permanencia y no de desplazamiento forzado a través del deber del Estado no sólo de consultar, sino de evaluar el consentimiento previo, libre e informado de las comunidades tradicionales, quilombolas, campesinos y pueblos indígenas ante proyectos que puedan impactar sus territorios y formas de vida (art. 7.1); así como el deber de consulta libre, previa e informada, que debe ser actualizado en todas*



las etapas de elaboración de cualquier acto administrativo (incluso para el otorgamiento de permisos hídricos y autorizaciones para la remoción de vegetación) y/o legislativos que puedan afectarles (art. 6.1 y declaración n° 29 del MPF); entre otros derechos garantizados por la Convención;

- *Prevenir la deforestación ilegal y también legal durante al menos 10 años, es decir, la remoción completa de la cubierta vegetal primaria mediante tala rasa (según lo define el Instituto Nacional de Investigaciones Espaciales-INPE), en áreas de recarga o áreas de gran importancia hídrica;*
- *Creación de Zonas Libres de captación intensiva y deforestación a gran escala, en territorios de gran importancia hídrica o en estado crítico de disponibilidad hídrica (en calidad y cantidad), preservando el derecho de uso, manejo y conservación de los recursos naturales presentes en los territorios tradicionales por parte de los pueblos indígenas, quilombolas, pueblos tradicionales y campesinos del Cerrado;*
- *Que, en relación al principio de precaución, no sean concedidas ni renovadas concesiones de agua y que las ya otorgadas en cuencas hidrográficas que no cuenten con un Plan de Cuenca debidamente actualizado sean suspendidas, esto basados en criterios de concesión seguros y vigentes, en cumplimiento de los principios y lineamientos de la Política Nacional de Recursos Hídricos (Ley 9433/97);*
- *Reconocimiento de las tecnologías de captación, el riego intensivo (especialmente la captura a través de pozos de alto caudal y el riego a través de pivotes centrales) y el almacenamiento a gran escala (como grandes depósitos de agua artificiales) como impracticables para contener el ecocidio en el campo del Cerrado, siendo necesaria la suspensión de su uso (en tiempo y/o espacio), según análisis técnico de suficiencia hídrica para el acceso equitativo al agua, para las generaciones presentes y futuras;*
- *No promover, implementar y/o aprobar marcos regulatorios que fortalezcan la privatización y mercantilización de las aguas y el despojo de los pueblos del cerrado del manejo del agua en sus territorios, como la Ley 14.119 / 2021 de PSA; Ley 14.026 / 2020, un nuevo marco para el saneamiento básico, entre otros;*
- *No aprobación de la Nueva Ley General de Licencias Ambientales (PL 3729/2004);*
- *Prohibición de la fumigación aérea de plaguicidas en todo el Cerrado;*



- *Promoción de una amplia discusión con los pueblos del Cerrado y la sociedad civil organizada para posibilitar la aprobación de un marco legal nacional que regule las medidas de seguridad de las presas de agua y desechos tóxicos, lo que debe involucrar el fortalecimiento de los órganos de fiscalización de la seguridad de las presas y la creación de comisiones participativas capaces de realizar acciones de monitoreo y seguimiento;*
- *Que en caso de daño socioambiental a las aguas superficiales y subterráneas del Cerrado e impacto a sus pueblos, se garantice la reparación integral, que debe involucrar, como mínimo, la aplicación del principio de precaución y reversión de la carga de la prueba en la investigación para que la empresa sea responsabilizada de forma objetiva por el riesgo potencial al medio ambiente derivado de su actividad económica, definición e imposición de las sanciones necesarias a los responsables; desde medidas urgentes para prevenir o contener el daño ambiental para restablecer su statu quo ante, en relación a la indemnización por daños morales y materiales, individuales y colectivos, de los lucros cesantes, de los daños al proyecto de vida, a convenir con las víctimas; la implementación de medidas efectivas de apoyo de emergencia y rehabilitación con criterios construidos junto con las comunidades y pueblos afectados; satisfacción de las víctimas; implementación de medidas que contribuyan a la recuperación de las áreas, ambientes y ecosistemas degradados; medidas que garanticen el amplio acceso a la información sobre el proceso de reparación; la implementación de medidas legales, políticas, administrativas y culturales que promuevan la salvaguarda de los derechos humanos y eviten la repetición de nuevos hechos similares (garantía de no repetición), conforme a lo dispuesto en la Convención Interamericana de Derechos Humanos, Resolución 60/147 de la Asamblea General de la ONU, y la jurisprudencia consolidada en la Corte Interamericana de Derechos Humanos (CIDH);*
- *Que se reconozca formalmente la no prescripción de los delitos y crímenes socioambientales que causen daños ambientales a los pueblos del Cerrado y su reparación civil, garantizando la reparación integral de las víctimas, de acuerdo con lo especificado en la recomendación anterior;*



- *Garantizar el reconocimiento, protección y promoción por parte del Estado de las tecnologías, técnicas y conocimientos tradicionales del uso, manejo y preservación de los territorios y de la calidad y cantidad del agua, como de fundamental importancia para la protección del derecho humano al medio ambiente ecológicamente equilibrado, de manera que, tales prácticas, tecnologías y formas de relacionarse con el territorio del Cerrado no sean criminalizadas.*